



DOI: 10.12957/transversos.2023.76499

**REFLEXOS DO TURISMO CULTURAL NOS BAIRROS TRADICIONAIS
PORTUÁRIOS DO RIO DE JANEIRO**

**REFLECTIONS OF CULTURAL TOURISM IN THE TRADITIONAL PORT
NEIGHBORHOODS OF RIO DE JANEIRO**

Sirley da Conceição Ferreira

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

sirley.ferrconsaqua@hotmail.com

Resumo:

Nas últimas décadas, as cidades têm adotado ações estratégicas de revitalização de áreas antigas, com objetivo de revitalizá-las para o turismo. O presente artigo busca refletir os reflexos do turismo cultural nos bairros tradicionais portuários do Rio de Janeiro onde se encontram grupos de gerações/heranças passadas. Apresentamos o estudo do caso o Programa Porto Maravilha que está baseado em duas linhas de ação: o porto maravilha cidadão e cultural. Trata-se de uma investigação quantitativa e qualitativa que apresenta uma revisão teórica sobre o fenômeno do turismo e a relação com a memória urbana, população tradicional e o patrimônio como categoria do pensamento, em análise esse novo projeto de revitalização urbana dos bairros. Foi observado que as ações do programa pouco atenderam as expectativas da população que residem nos bairros, aumentando os conflitos sociais e urbanos, e as áreas antigas transformadas em espaços funcionais para o turismo.

Palavras-Chave: Turismo; memória urbana; população tradicional e patrimônio.

Abstract

In recent decades, cities have adopted strategic actions to revitalize old areas, with the aim of revitalizing them for tourism. This article seeks to reflect on the reflections of cultural tourism in the traditional port neighborhoods of Rio de Janeiro where groups of generations/past heritages are found. We present the case study of the Porto Maravilha Program, which is based on two lines of action: the citizen and cultural Porto Maravilha. This study is a quantitative and qualitative investigation that presents a theoretical review on the phenomenon of tourism and its relationship with urban memory, traditional population and heritage as a category of thought, analyzing this new project of urban revitalization of neighborhoods. It was observed that the program's actions barely met the expectations of the population residing in the neighborhoods, increasing social and urban conflicts, and the old areas transformed into functional spaces for tourism.

Keywords: Tourism; Urban Memory; Traditional Population and Patrimony.

1. Considerações iniciais

A região portuária do Rio de Janeiro é formada por três bairros históricos, a saber: Saúde, Gamboa, Santo Cristo e parte do centro, esses bairros fazem alusão ao Projeto Sagas (1983/1988). Considerado ponto de desembarque de africanos no país e nas Américas, os bairros portuários apresentam o conjunto de edifícios históricos da cultura portuguesa, ao mesmo modo que apresenta bens materiais e imateriais da cultura afro-brasileira, formando valioso sítio urbano histórico.

Os bairros são identificados historicamente como espaços de memória da africanidade brasileira. Nos últimos anos, o programa Porto Maravilha criado em 2009 têm alterado a paisagem urbana na comercialização dos espaços, implementação de novos equipamentos culturais e edifícios habitacionais e captação de novos fluxos de visitantes/turistas.

A turistificação é a transformação de espaços da cidade em lugares turísticos. Vasconcelos (2005: p.49) ressalta que esse processo “consiste no (re)ordenamento ou na (re)adequação espacial em função do interesse turístico”. Portanto, a turistificação é uma interação entre fixos que são territórios, paisagens, patrimônios e outros elementos simbólicos e fluxos que são movimentos de pessoas, padrões e valores culturais, organizados e gerenciados por grupos sociais que tenham interesse em investir na cidade.

Knafou (1996) *apud* Fratucci (2007: p.2) consideram três fontes possíveis de turistificação dos lugares: “os turistas, o mercado e os planejadores”. O primeiro se caracteriza pelas práticas sociais de deslocamentos temporários e contato com diferentes lugares e pessoas, fazendo com que, conseqüentemente, surjam as localidades turísticas. O segundo, observando o fluxo de pessoas na visita dos lugares, é o principal agente na configuração de antigos e novos destinos. Por fim, no terceiro, os atores, junto ao setor privado e público, que vão organizar e gerenciar os lugares para o turismo, são, em sua maioria, agentes externos (multinacionais, modelos de projetos de outras cidades e países) com objetivo turistificar, considerando, muitas vezes, os aspectos técnicos, e menos os socioculturais.

Nesse processo, existe a escolha dos lugares (antigos ou não), dos bens culturais, dos grupos que serão a mão de obra dos diferentes serviços ofertados para atender ao público (turista), os limites e barreiras de grupos do entorno dos espaços turistificados, de quem deve morar próximo aos locais de lazer etc., por fim, uma série de questões presentes nesse fenômeno que alteram a dinâmica do local e do uso dos espaços, aparentemente públicos (LEITE, 2008).

Foi observada nas ações do programa Porto Maravilha que a dinâmica dos bairros portuários foi alterada e pouco beneficiou a comunidade local, em destaque grupos que vivem no entorno do patrimônio. Outros impactos sociais podem ser significativos, porque o programa ainda continua em vigência, alterando a paisagem urbana da região.

O patrimônio é essencial para refletirmos sobre a história e a memória de grupos passados e compreender os conflitos presentes e as relações de poder, portanto, é uma “categoria do pensamento importante para a vida social e mental de qualquer coletividade humana” Gonçalves (2003: p. 26). Para Fonseca (2004: p. 40) é tarefa complexa a preservação de centros históricos urbanos para agentes responsáveis pela preservação do patrimônio cultural, isso se deve “os modos de criar e ocupar os espaços estão em constante mutação. Além disso, este tipo de bem não é constituído por uma soma de imóveis isolados, e sim pelo conjunto urbano-paisagístico que o particulariza”. No caso, da patrimonialização é o modo de proteção do bem material, “mas não resolve necessariamente a questão da imaterialidade do bem” (DAVALLON, 2015: p. 49).

Dentre os reflexos significativos que a turistificação pode elucidar, a saber: no caso da Museificação “é a transformação da cidade em museu, mas nem sempre revitalizadora do espaço, e sim entendido como um impedimento à degradação do bem cultural, e não ocorre de maneira isolada, também pode ocorrer à perda dos laços associativos entre cultura e práticas sociais” (RUY & ALMEIDA, 2020: p. 9). Principalmente, “pode ser igualmente notada em discursos ontológicos, retóricas, ideias, grupos de pessoas e comunidade, podem ter caráter funcional e envolve ações políticas, sociais, econômicas, principalmente geram ações segregadoras de exclui os usuários para dar lugar a um fluxo/grupo de visitantes” (RUY & ALMEIDA, 2020: p.10).

Para essa análise, trazemos a gentrificação, segundo Bataller (2012: p. 10) é o fenômeno urbano e consiste na “série de melhorias físicas ou materiais e mudanças imateriais - econômicas, sociais e culturais - que ocorrem em alguns centros urbanos antigos, o quais experimentam uma apreciável elevação de seu *status*”. Acrescento que as mudanças ocorridas nos centros das cidades afetam as áreas próximas da área central, no caso dos bairros portuários que antes faziam parte das funções do centro. Significa dizer que as mudanças podem expandir para outras áreas, o que significa retorno e “recuperação do valor simbólico dos centros urbanos” (BATALLER, 2012: p. 10).

Diante do programa porto maravilha, o estudo se justifica pelo fato de os citados bairros

apresentarem um contexto contrastante, composto, de um lado, por uma trajetória histórica de segregação social e racial, combinada com um vasto patrimônio cultural reconhecido nacional e internacionalmente e, de outro, pelos impactos decorrentes do turismo cultural, tais como o agravamento dos problemas sociais existentes e o enfraquecimento das práticas culturais tradicionais e de seus elementos identitários, por meio da inserção de novos equipamentos culturais urbanos, como atrações turísticas.

Sobre as comunidades urbanas tradicionais são grupos que possuem uma identidade no território. Suas práticas se vinculam à natureza, caracterizadas por certa autonomia, autoctonia, memória de lutas passadas e histórias atuais de resistências e por partilharem a experiência do viver em territórios cercados e ameaçados (BRANDÃO & BORGES, 2014). O termo “tradicional” é a forma de fortalecer os laços comunitários e manter um modo de vida em um determinado lugar. (CRUZ, 2007, *apud* ARGUEDAS, 2017: p. 72).

Exemplo é a comunidade quilombola da Pedra do Sal, localizado no Bairro Saúde. Esse grupo busca nas últimas décadas o direito a terra. É o exemplo de comunidade urbana tradicional e coletiva que ocupa a região do porto, historicamente marginalizada, mas o território disputado pela parceria entre setor público-privado, no caso o Programa Porto Maravilha é exemplo dessa união e empreendedorismo urbano do Rio de Janeiro e que aumenta a tensão entre os grupos que disputam esse espaço simbólico.

Processos similares podem ser observados no caso do bairro histórico do Pelourinho, em Salvador/Bahia. Com o deslocamento forçado da população pobre e preta para áreas afastadas do centro, o conjunto arquitetônico ganhou novas funções comerciais, culturais e turísticas, mas mínimos foram os benefícios para a população. Em Recife, a revitalização dos bairros históricos e a intensificação da especulação imobiliária resultaram da significativa atuação do setor privado e ação pública, que se concentrou na melhoria da infraestrutura e na qualificação dos espaços públicos, partindo do uso das construções já existentes e aumentando, assim, a segregação socioespacial (ZANCHETTI, 2003: p. 120) que é visível na paisagem urbana destas cidades históricas, mas que ainda é preciso uma releitura e novas interpretações dos processos sociais de como se dão nas relações sociais no percurso dessas mudanças urbanas.

A expansão imobiliária e a venda dos espaços públicos são os vetores de crescimento da cidade na relação do setor público-privado. Para Vainer (2002: p. 2), o objetivo nessa relação é “cidade-mercadoria e objeto de luxo”. Em relação ao programa Porto Maravilha, ele é

considerado pela prefeitura como projeto urbano estratégico e rentável para o Rio de Janeiro, apesar de gerar sucessivas mudanças sociais e culturais, e “ameaça à permanência das populações locais e suas manifestações culturais tradicionais” (SILVA, 2012: p. 61).

O objetivo deste estudo é apresentar os reflexos do turismo cultural nos bairros tradicionais portuários do Rio de Janeiro onde se encontram grupos de gerações/heranças passadas. Entre os antecedentes históricos relacionados, destaca-se o fato de os bairros portuários terem sido historicamente marcados por abrigar grandes contingentes de população socialmente marginalizada, principalmente a população afrodescendente, bem como estivadores e operários atuantes em importantes atividades econômicas e ambientais (como atividades portuárias e industriais etc.).

Dentre os objetivos específicos abordamos o turismo como fenômeno social e sua relação com a cidade, a memória e o patrimônio. Refletimos sobre a memória urbana da região portuária do Rio de Janeiro. E por fim, analisamos os efeitos urbanos e turísticos que o programa porto maravilha vem provocando nos bairros tradicionais portuários e os possíveis efeitos para a população que se encontram nessa região.

A partir da investigação de caráter fundamentalmente teórico-metodológica, esse estudo é de caráter quantitativo - vale de fontes bibliográficas (livros, artigos científicos, artigos publicados em revistas, jornais), e qualitativas - análise do projeto Porto Maravilha e com observação in loco dos lugares modificados pela ação do turismo.

Percebe-se, na região portuária, além da verticalização das novas tipologias previstas para a antiga retroárea do Cais do Porto, que estima gabaritos de 30 a 50 pavimentos, a construção de equipamentos culturais que atrairão novos grupos sociais, caracterizando, assim, um processo de turistificação dos espaços da região visando promover o turismo cultural (LIMA CARLOS, 2010: p. 44-45).

As localidades tradicionais da Saúde, Gamboa e Santo Cristo e parte do Centro apresentam diversas características que fazem parte da formação social, cultural, histórica e urbana do Rio de Janeiro, como: o Cais do Valongo (importante patrimônio da memória da “diáspora africana”); a Pedra do Sal, reduto do samba (localizado no bairro da Saúde); o Museu Pretos Novos - IPN (Gamboa); as ruas entre os bairros com os registros sobre comércio e a tortura de escravos, que marcaram a história do bairro do Santo Cristo. Essas, entre outras narrativas e práticas sociais, hoje fazem parte do Circuito de Herança Africana, criado pelo IPN

com o propósito de valorização da cultura afro-brasileira.

Sendo assim, o texto parte da reflexão teórica para discutir os impactos do turismo nas localidades afetadas pelo programa de revitalização urbana, e apresenta os contextos históricos dos bairros e condições de resistência da população local sobre esse fenômeno. Tais manifestações aqui colocam o patrimônio e a memória como campo de luta, em vista do processo histórico dos bairros portuários apresentados no decorrer desse estudo.

2. Memória urbana: caso dos bairros portuários do Rio de Janeiro

Segundo Abreu (1987) o século XX é marcado na necessidade de adequar a cidade do Rio de Janeiro para o mundo, o que exigia nova organização do espaço e social. A região do porto cumpre o papel importante no processo de importação e exportação de produtos. Mas com a reforma de Pereira Passos (1902-1906) na busca de melhoria da área central, a região portuária gradativamente perde a função econômica.

No século XX, a reforma Passos projetou para a região o novo porto da cidade, o que resultou na reconfiguração do espaço urbano de seu litoral, bem como na consolidação das funções sociais e econômicas anteriores. No tocante aos aspectos sociais, a região, que já era estigmatizada pela presença de população afrodescendente e de operários, teve reforçado seu papel de repositório de mão de obra barata, enfatizando seu estigma de segregação espacial e social no contexto da cidade.

O olhar modernizador de Pereira Passos, segundo Abreu (1987: p. 61) o período Passos “se constitui em exemplo de como as contradições do espaço, ao serem resolvidas, muitas vezes geram novas contradições para o momento de organização social que surge”. E hoje, observam-se o aumento dos conflitos sociais, os problemas de habitação, a expansão das favelas e ausência de políticas públicas nesses territórios, a mobilidade urbana e social, os processos de revitalização que considera mais os termos técnicos e menos os aspectos sociais.

No século XXI, o projeto Porto Maravilha, combinado ao papel assumido pelo Rio de Janeiro como cidade-sede das Olimpíadas, sugeriu a revitalização da região, combatida economicamente pela decadência das atividades portuárias e pelo isolamento viário no contexto da cidade, propondo a sua inserção no mapa turístico carioca e a promoção da cidade no mercado turístico internacional.

Partimos da análise de que os conceitos de território e lugar são importantes para refletir a memória urbana e as desigualdades sócio-espaciais. Para Santos (2005: p. 252), “o espaço geográfico é uma categoria de análise social e sinônimo de território usado e de todos”. Considera que o território é base e formas onde se dão as dinâmicas dos lugares, já o lugar “é existência/coexistência das pessoas e construção política” (SANTOS, 2005: p. 254).

A “identidade territorial” (CASTELLS, 1999: p. 17) corresponde às características que o território apresenta – físicas, ambientais, arquitetônicas, sociais e culturais – como referenciais do território. Os bairros portuários do Rio de Janeiro apresentam características históricas e simbólicas do Rio antigo, são marcados pela forte influência da cultura negra de diáspora, além das construções históricas da cultura portuguesa que marcam a trajetória de evolução e conformação da cidade.

A memória social é um campo de luta e relações de poder aberto a novas observações e interpretações das realidades. Também é o “campo interdisciplinar e multidisciplinar” em que, a partir disso, novos conceitos e categorias podem ser formulados (GONDAR & DODEBEL, 2005: p.7-11). Outro ponto é que a memória é o elo entre as pessoas e o lugar, ou seja, consiste no ato e esforço de lembrar, esquecer, ao mesmo tempo em que é a reelaboração de algo que se perdeu no tempo-espaço,

A memória um “conjunto de funções psíquicas em que o ser humano atualiza impressões e informações passadas” (LE GOFF, 1924: p. 419), a memória coletiva pode ser pensada como memória de diferentes grupos sociais que lutam por valorização de suas práticas culturais e conservação do patrimônio que são marcadores do território e no seu entorno são estabelecidas as experiências cotidianas compartilhadas um com outros, o que caracteriza os “lugares de memória coletiva” (HALBWACHS, 1990: p. 25).

A história enquanto campo científico cumpre o papel de sempre perguntar à memória sobre os fatos que aconteceram no passado para entender o presente. A história é uma operação intelectual, que demanda análise e discurso crítico, para, por fim, ligar as continuidades temporais, as evoluções e as relações das pessoas ao seu passado e às ações materializadas no espaço (NORA, 1981).

Portanto, a história e a memória são importantes para compreendermos a relação com patrimônio e as pessoas, os lugares de memória coletiva, as tradições locais, as festividades, as narrativas e discursos, a comunidade tradicional, sempre necessária para refletirmos o passado

em relação do que vem acontecendo no presente.

A região portuária do Rio de Janeiro é um importante sítio urbano-histórico. Os bairros dessa região foram locais de embarque e desembarque de negros da Diáspora Negra. São espaços de outros grupos sociais vindo de outros lugares. Segundo Lamarão ([1952] 2006: p.107-108), com o fim do tráfico de escravos, os trapiches negreiros do Valongo e do bairro da Gamboa adquiriram outras funções comerciais, como a exportação de matéria-prima, em especial o açúcar branco ou mascavo; os trapiches do Cleto, Pedra do Sal e outros também se voltaram para a atividade comercial, formando assim o mercado carioca.

Trazemos aqui a Comunidade Quilombola da Pedra do Sal, localizada no bairro Saúde, um grupo típico dessa localidade e exemplo de identidade preta desse espaço simbólico e de memória. A memória coletiva desse grupo é representada através das práticas religiosas (candomblé), dos aspectos culinários, festivos como o Samba e das formas arquitetônicas que marcam a relação das pessoas com o lugar, a valorização dos monumentos como os casarios e as paredes e muros com seus grafites representando as personalidades negras, e os ambientes e vielas que marcam a relação passado-presente, fazem com que os bairros portuários sejam simbólicos.

Sendo o Rio de Janeiro considerado o maior porto negreiro das Américas, uma vez que, a partir do século XVIII, cerca de dois milhões de cativos africanos aportaram na região e pelos pontos da cidade – em especial no Valongo, ponto de comercialização dessa população (MOURA, 1995: p. 60). Isso significa dizer que a população de cativos negros que se abrigaram na região portuária teve que (re)existir em suas práticas culturais e simbólicas os fazeres e saberes diante do novo território.

A Rua da Saúde, “principal artéria de toda a área, concentrava boa parte dos estabelecimentos e comércios de escravos”. Com base nisso, é possível dizermos que a região de fato se caracteriza por aquilo que o sambista Heitor dos Prazeres definiu como “Pequena África” (MOURA, 1995: p. 140-152).

Segundo Chalhoub (1995), os adeptos do candomblé se multiplicaram na segunda metade do século XIX com as imigrações baianas, cujos grupos se concentravam nos cortiços nos arredores da Pedra do Sal e nos bairros da Saúde e Gamboa, redutos tradicionais da prática dessa religião. A Casa de João Alabá de Omulu é reconhecida como “a primeira casa de candomblé nagô no bairro da Saúde”. Essa religião de matrizes africanas era praticada até mesmo no lendário cortiço Cabeça de Porco, sendo esses lugares espaços de resistência popular diante

às forças de repressão das autoridades públicas (CHALHOUB, 1995: p. 142).

Segundo Corrêa (2015), a comunidade quilombola que reside no entorno da Pedra do Sal, entre o Largo João da Baiana e da Rua São Francisco da Prainha, é considerada símbolo central de (re)existência no território da Pequena África – residência secular de escravos, ex-escravos, negros libertos e livres e, agora, de seus descendentes. Os conflitos de terra na região com a Venerável Ordem Terceira ocorrem desde 1830, visto que essa tem o controle das terras e habitações antigas onde residem a população da Pequena África. Somente nas primeiras décadas do século XX que as reivindicações da Ordem são atendidas (CORRÊA, 2016).

A Prefeitura doou o território pleiteado pela Venerável Ordem Terceira (VOT), incluindo os prédios, mas isso não pôs fim às disputas. Em 2002, os conflitos se intensificaram quando a irmandade lançou o projeto social intitulado “Humanização do Bairro” com o objetivo de recuperar as últimas casas ocupadas por moradores tradicionais na região; após a implantação do projeto, foi acelerado o processo de despejo judicial de 30 famílias dos imóveis (CORRÊA, 2016: p. 11). A autoconstrução das comunidades urbanas dos bairros portuários vistos no Morro da Conceição (Saúde), da Providência (Gamboa) e do Pinto (Santo Cristo), dentre outros, são marcos resultantes da formação histórica, social e urbana da cidade.

No Santo Cristo, surge a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, conhecida como Companhia de Pretos, formado por negros e trabalhadores da estiva. O grupo busca reivindicar melhores condições de trabalho e é o embrião histórico do que mais tarde viria a ser o Sindicato dos Arrumadores do Município do Rio de Janeiro. O Jardim Suspenso do Valongo é o exemplo claro de apagamento dos traços do tráfico negreiro, além de outros espaços de referência. Ao seu redor, havia casas de engorda dos recém-chegados cativos vindos da África e a conformação de um vasto comércio de itens relacionados à escravidão (VASSALO, 2015).

Segundo Benchimol (1956), esses bairros emergem no contexto de tradições de uma sociedade de formação colonial, cujo traço fundamental era a escravidão. Os bairros também são marcados por concentrar trabalhadores de mão de obra escrava e imigrantes, além de abrigarem aqueles trabalhadores que exerciam seus ofícios no centro administrativo da cidade. Desse modo, entre as funções exercidas por seus residentes, destaca-se haver um exército proletário de segunda linha, padeiros, construtores de obras públicas. Outros ofícios tinham como referência as mães de santo da Pequena África, com destaque para Tia Ciata e seu

comércio de doces e aluguel de roupas (MOURA, 1995: p. 91-95).

Os bairros são vistos como área de residência de classes perigosas e de tradições culturais festivas e religiosas, muitas das vezes não permitidas pelas autoridades da época – como o samba, os ranchos e o carnaval carioca e o candomblé. Nesse cenário, destaca-se a memória do samba como tradição negra do bairro da Saúde. No dia 2 de dezembro, Dia Nacional do Samba, os quilombolas se reúnem para celebrar; é feito o ritual de lavagem da Pedra do Sal por praticantes do candomblé, com participação do Afoxé Filhos de Gandhi, além da oferta de comida de santo para os falecidos e notórios sambistas, portuários e filhos de santo que frequentavam o lugar (GUIMARÃES, 2013).

Portanto, a escolha desses marcos de análise se justifica pela sua relação histórica com o processo de escravidão, evolução e conformação da cidade do Rio de Janeiro, mas com a memória das pessoas com os bairros que hoje são lugares de visitação turística. Outra problemática é pensar os efeitos do turismo sobre as comunidades ditas tradicionais em vista do programa Porto Maravilha, que é de interesse urbanístico e turístico, – fazendo com que a região, historicamente considerada periférica, volte a ser valorizada. Contudo, novos impactos podem surgir no decorrer das atividades desenvolvidas na região, como o agravamento dos conflitos sociais e da situação de sua população devido à intensificação das ações de desapropriação dos moradores, assim como os conflitos entre a comunidade quilombola e a ordem religiosa pelas terras, os investimentos públicos e privados no entorno da Praça Mauá se refletem na má conservação dos casarios e prédios antigos dos bairros, o que coloca em risco esses lugares de memória coletiva.

3. Os efeitos urbanos e turísticos na região portuária

A partir dos anos 1980, com a patrimonialização por meio do Projeto SAGAS (o termo é referente aos bairros Saúde, Gamboa e Santos Cristo), alguns bens referentes à cultura negra foram tombados, com destaque para o tombamento do monumento da Pedra do Sal pelo governo do Estado do Rio de Janeiro, em 1987, do Centro Cultural José Bonifácio (1983), e só mais tarde o Cais do Valongo (2013). Mesmo assim, após o ápice do programa Porto Maravilha observam-se novos empreendimentos inseridos nas áreas ditas tombadas por lei.

As ações do programa Porto Maravilha, desde 2009, vêm transformando os bairros portuários em balcão de negócios e áreas funcionais para o turismo. Foi observado na avaliação

dos objetivos do projeto Porto Maravilha a revitalização dos bairros acompanhada da turistificação conforme observamos no entorno da Praça Mauá com novos equipamentos de lazer e entretenimento, e reforçou a barreira física e a segregação socioespacial em relação aos bairros portuários que ainda continuam sem devida conservação. Diante disso, foram selecionados alguns lugares simbólicos no sentido de relacionar os impactos do turismo cultural nos bairros, em relação à nova área funcional centralizada para as atividades culturais e de lazer.

Por incrível que pareça, as ações de revitalização resultaram no processo de patrimonialização de alguns lugares históricos com as escavações durante implementação de novas vias públicas, caso da redescoberta do Cais do Valongo, o local ganhou certo exotismo e foi inserido na rota dos destinos turísticos; nota-se um aumento considerável de pessoas visitando o local, alimentada pelas agências e operadoras turísticas e realização de visitas guiadas, como aquela do Circuito de Herança Africana promovido pelo Instituto Pretos Novos, desde 2016.

Em vista disso, a inscrição e o reconhecimento do Cais do Valongo como Patrimônio da Humanidade, em 2017, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), considerando-o como bem de natureza sensível. A área ganhou visibilidade no cenário urbano da região como atrativo turístico por meio do processo de patrimonialização e o reconhecimento do seu valor histórico e simbólico. Os diferentes meios de apropriação desse ambiente simbólico com as celebrações como o ritual de lavagem do Cais do Valongo, feito desde 2012 e organizado pela Ialorixá Edelzuita de Oxalá, além da contribuição do movimento negro e seguidores de religiões de matrizes africanas, o tornaram símbolo da tradição e ancestralidade da cultura negra e afro-brasileira.

O bairro da Saúde é um dos locais propícios para incremento das atividades do turismo cultural. No local, o turismo acontece de forma esporádica e a intensificação desse fenômeno acontece por meio do circuito afro-brasileiro. Com a operacionalização dos passeios guiados pelos diferentes tipos de profissionais do setor, o lugar vem sendo (re)significado e traduzido, tornando-o produto turístico a ser comercializado.

A revitalização da região revelou outros grupos sociais que também se consideram pertencentes ao território e que foram expulsos diante das pressões do setor imobiliário e das ações da prefeitura. E aumentou o conflito entre a comunidade remanescente do Quilombo Pedra do Sal e a Venerável Ordem Terceira. Observa-se, também, o envolvimento atípico da

população local, com apropriação por alguns grupos como os Filhos de Gandhi e demais grupos que realizam suas manifestações no entorno do patrimônio (GUIMARÃES, 2016: p.311).

O que é visualmente notável é que o projeto Porto Maravilha criou uma espécie de fronteira artificial com implementação de equipamentos urbanos e culturais nas proximidades dos bairros; a revitalização dos bairros tradicionais é um exemplo de desfiguração forçada desses espaços tradicionais que, aos poucos, configura uma espacialização dominada.

Com base nos dados da pesquisa do Sebrae (2016), é possível destacar que: “71,7% dos visitantes da região não moram na cidade do Rio de Janeiro; 41,5% moram no bairro do Santo Cristo; 34,1%, na Gamboa; e 12,2%, na Saúde”. Foram observados três tipos de visitantes: “turistas (51,7%), cruzeiristas (40,1%) e visitantes (8,2%)”. Os percentuais citados ilustram que o número de visitantes e turistas que não moram na cidade é maior que o dos próprios moradores da cidade. Outro dado importante é a percepção dos turistas diante dos atrativos da região, o Museu do Amanhã, o Museu de Arte e o Pier foram destaque em relação à beleza e os que mais agradaram. Dentre os que não podem deixar de ser visitados, a pesquisa apontou: “Museu do Amanhã (70,7%); MAR (11,4%); Praça Mauá (8,0%); Pedra do Sal (6,8%); e Cais do Valongo (1,9%)”. Sobre a forma de promoção do lugar, a televisão foi apontada como o principal meio de divulgação sobre a região do porto, seguida pela internet, e jornais e revistas (SEBRAE, 2016: p. 39-40).

Esses dados marcam o momento da cidade com os megaeventos esportivos que são relevantes e mostram que a apropriação do turismo ocorreu de forma específica no entorno da Praça Mauá e em alguns pontos dos bairros por meio do circuito afro-brasileiro, mas tudo indica que o avanço da desfiguração forçada dos bairros tradicionais tende a transformá-los em áreas funcionais e turísticas, concretizando o processo de turistificação.

É possível observar uma espécie de museificação do território, a partir da qual a herança vem sendo explorada por meio do roteiro cultural afro-brasileiro que pode ser identificado pelos fluxos existentes de pessoas durante o dia e inexistentes à noite nos espaços simbólicos – como o Valongo e a Pedra do Sal, preparados para serem contemplados e admirados, causando um congelamento, uma petrificação dos locais.

Conforme Jacques (2008: p. 33, *apud* RUY, 2017: p. 17) afirma, o patrimônio cultural urbano visto como espetáculo contemporâneo tem “essa preocupação, exacerbada, preconizaria a petrificação da cidade, especificamente, os seus centros históricos, provocando tanto uma

museificação e patrimonialização quanto o surgimento da cidade-parque-temático e da disneylandização urbana”. Esses fatores podem também levar ao processo de gentrificação desses bairros, notando-se uma transformação da região em espetáculos urbanos estáticos e não participativos por parte da população minoritária. O segundo impacto é a contaminação arquitetônica, com a construção das infraestruturas turísticas – como os museus contemporâneos no entorno da Praça Mauá, o aquário e a roda gigante – contrastantes a todo envolvimento histórico que a região apresenta diante da paisagem urbana.

No entorno da Praça Mauá, os novos empreendimentos instalados são espaços funcionais. À ideia de “área funcional”, entende-se como espaços particulares na cidade que formam parte do tecido urbano cotidiano, onde turistas e residentes compartilham locais para diferentes experiências, caracterizando-os como “espaço experimental” – ou seja, onde o espaço é usado, vivido e experimentado e o significado a ele aplicado provém da nossa experiência com ele (EDWARDS *et al.*, 2011: p. 6-7).

Segundo Nora (1981), fenômenos como a mundialização, a massificação e a midiaticização sobre esses locais contribuem para o afastamento dessa percepção de lugar simbólico. Nessa linha de argumentação, esses fenômenos de aceleração da sociedade têm contribuído de forma que:

(...) toda a distância entre a memória verdadeira, social, intocada, aquela cujas sociedades ditas primitivas, ou arcaicas, representam o modelo e guardaram consigo o segredo – e a história que é o que nossas sociedades condenadas ao esquecimento fazem do passado, porque levadas pela mudança (NORA, 1981: p. 8).

A midiaticização é um dos fatores que leva à espetacularização do lugar turístico, intensificando as mudanças dos espaços de cultura viva, e podendo homogeneizá-los e resultar no distanciamento da memória verdadeira do lugar. Esse é um fator que pode avançar com o processo de turistificação dos ambientes simbólicos. No contexto de uma economia pós-industrial, torna-se uma preocupação a gestão dos espaços culturais diante das transformações dos ambientes em áreas funcionais turísticas voltados para o lazer e o entretenimento (EDWARDS, GRIFFIN & HAYLLAR, 2011: p. 9-10).

Conforme Edwards, Griffin & Hayllar (2011: p. 46), os espaços urbanos projetados para acomodar atividades econômicas, principalmente para turistas, de fato, “não enfrentam as consequências das atividades, o que acaba refletindo na vida social e cultural dos moradores permanentes”. Essa projeção urbana geralmente vem acompanhada por desalojamento da

população residencial existente, assim como aumento simultâneo na distância a ser percorrida pelos moradores em suas atividades diárias, o que afeta a mobilidade, sendo esse um exemplo evidente de impacto espacial (LAW, 2002, apud KELLY, 2011: p. 59).

Em termos de conservação, essa área carece de gestão pelo fato de não haver uma integração entre os locais históricos. Três pontos de referência da área são importantes para se considerar: o Cais do Valongo; o prédio da antiga Docas Pedro II, do século XIX; e o Jardim Suspenso do Valongo. No que diz respeito à antiga Docas, não há ações que a integrem à história do Cais, hoje ocupado pela Ação da Cidadania, havendo também uma disputa pelo espaço.

Figura 1



Legenda: Cais do Valongo e Armazém Docas Dom Pedro II

Fonte: Fotografia. Disponível em: <https://blog.galeriadaarquitectura.com.br/post/docas-pedro-ii-serao-restauradas-pelo-iphan>. Acesso em: 21 ago. 2020.

A Declaração de Amsterdã (1975) reúne os princípios da conservação na íntegra, sendo o mais importante a noção de que o patrimônio arquitetônico contribui para tomada de consciência da comunhão entre a história e destino. A declaração indica, ainda, que sua manutenção deve acontecer de forma coletiva e que as municipalidades devem trabalhar em cooperação. As iniciativas de conservação devem envolver os edifícios, os monumentos de interesse histórico e culturais, além de serem baseadas em medidas legislativas e administrativas responsáveis.

O caso do Jardim Suspenso distorce totalmente a historicidade da região por estar próximo ao cais. Observa-se no local uma construção paisagística na encosta do Morro da Conceição para abrigar as Estátuas do Cais da Imperatriz, fazendo parte do Valongo até 1831, quando o tráfico de escravos foi proibido. O Jardim foi criado na Reforma Passos (1902-1906) e restaurado pelo projeto Porto Maravilha. Seus monumentos gregos distorcem e se destoam da história local marcada por forte presença da cultura negra; além disso, sua presença contrapõe toda a lógica quando se trata dos critérios de conservação integrada dos espaços urbanos simbólicos. Após a

revitalização, hoje a área se encontra em estado de abandono.

Figura 2



Legenda: Jardim Suspenso do Valongo e Morro da Conceição

Fonte: Fotografia. Os deuses gregos e o Valongo: um caso exemplar de estátuas fora do lugar. Disponível em: <<https://conversadehistoriadoras.com/2020/06/21/os-deuses-gregos-e-o-valongo-um-caso-exemplar-de-estatuas-fora-do-lugar/>>. Acesso em: 21 ago. 2020.

De modo geral, a turistificação desse espaço vem ocorrendo por meio da demanda de visitante no local, além da apropriação dos agentes públicos e operadoras de turismo comercializando narrativas sobre a história desses ambientes. A participação da comunidade acontece de forma atípica, mas percebe-se que essa se intensifica nas celebrações e datas comemorativas. A retórica do poder público sobre a área do porto ainda mantém o agenciamento urbanístico e turístico, onde o Cais do Valongo e da Imperatriz se tornaram pontos turísticos na política municipal de turismo. Mesmo o local sendo reconhecido como patrimônio da humanidade, ainda carece de gestão participativa dos atores sociais envolvidos e não são suficientes os benefícios.

O Cemitério dos Pretos Novos é um sítio arqueológico localizado na Rua Pedro Ernesto nº 36, no bairro da Gamboa. É considerado um testemunho histórico da cultura negra e afro-brasileira por ser o lugar onde os cativos negros eram enterrados – muitos já chegavam quase mortos vindos da África. O local se destinava, assim, ao sepultamento dos recém-chegados na Baía de Guanabara. O cemitério funcionava antes no Largo de Santa Rita, em plena cidade, próximo ao mercado de escravos. Nesse contexto histórico, é importante saber que

(...) o cemitério dos Pretos Novos estava cravado no Valongo desde 1769, quando o marquês do Lavradio, insatisfeito com modo precário pelo qual os escravos eram expostos no mercado que funcionava próximo ao Paço Imperial, mandou que o mesmo fosse transferido para o Valongo que hoje compreende a atual Zona portuária, formada pelos bairros da Gamboa e Santo Cristo. Essa mudança do mercado da Praça XV para o Valongo fez com que o cemitério dos Pretos Novos fosse transportado do largo de Santa Rita para a rua que ficou conhecida como a antiga rua do Cemitério,

depois rua da Harmonia e, hoje, rua Pedro Ernesto pertencente ainda à jurisdição da freguesia de Santa Rita. Foi nesse período que o cemitério vivenciou a maior concentração de corpos (PEREIRA, 2007: p. 336-337).

A maior parte dos africanos trazidos teria entre 10 e 25 anos de idade, sendo a maioria homens, e pertenciam a diferentes grupos étnicos; a cremação dos corpos ocorria para evitar os odores emanados da putrefação dos cadáveres expostos. Essa breve consideração sobre o cemitério revela e afirma que as tensões sociais e conflitos de interesses existentes, além de levar a repensar uma das formas de construção do tecido social escravagista, em que a noção de lucro, associado à religião e à cultura, estava “cristalizada em uma política segregacionista voltada a essa população marginalizada” (GINZBURG, 1992, apud PEREIRA, 2007: p. 333-334). Esquecido por mais de 150 anos, a descoberta fortuita do sítio em 1996 ocorreu diante das reformas na residência do casal Mercedes e Petruccio dos Anjos. Durante as escavações e das pesquisas arqueológicas foram encontrados “milhares de fragmentos e ossos humanos, além de outras classes de vestígios como cerâmica neobrasileira e colonial, louça, objetos de adorno e de metal” – sendo confirmado o potencial arqueológico do local (CARVALHO *et al.*, 2001, apud MACHADO, 2006: p. 1).

Figura 3



Legenda: Área da (re) descoberta do Cemitério Pretos Novos no bairro da Gamboa em 1996.
Fonte: Fotografia. Instituto Pretos Novos (IPN). As investigações Arqueológicas. Disponível em:
<<http://pretosnovos.com.br/>>. Acesso em: 21 ago.2020.

A (re)descoberta em 1996 iniciou uma fase de análise biocultural de reconhecimento da área; o segundo estágio (2010-2012) consistiu na pesquisa de delimitação espacial do cemitério; e o terceiro (2014), na pesquisa arqueológica na Rua Pedro Ernesto durante as obras do VLT. O quarto momento mais recente compreende uma pesquisa arqueológica em camadas mais profundas no terreno, o que resultou no achado da estrutura óssea e comprovação da existência do cemitério (INSTITUTO PRETOS NOVOS, 2014).

Todo esse processo demorou 22 anos de pesquisa arqueológica para comprovar a veracidade dos fatos históricos e a redescoberta de um lugar que de fato existiu. O lugar é um testemunho histórico, é simbólico e representativo para a população local e os grupos que se identificam e se apropriam desse espaço. A delimitação da área do que restou foi uma forma de bloqueio diante aos avanços das intervenções urbanas, das construções irregulares e principalmente da atual revitalização urbana em processo. Considerando o fato, as pesquisas constataram que

(...) após a separação, limpeza preliminar, numeração e acondicionamento do material arqueológico, em suas principais classes de evidências, os remanescentes ósseos humanos foram encaminhados ao Laboratório de Antropologia Biológica do Instituto de Arqueologia Brasileira. Através do resgate emergencial e das pesquisas históricas efetuadas foi possível identificar o local como o antigo Cemitério dos Pretos Novos (1770 a 1830), lugar destinado aos enterramentos de escravos recém-chegados que morriam logo após o desembarque no Rio de Janeiro (VARGAS et. all. apud MACHADO, 2006: p. 1).

A imagem do vestígio arqueológico é de uma mulher negra, batizada pela equipe de arqueologia de Josefina Bakhita, que significa “bem-aventurada”, em dialeto núbio falado no Sudão, além de ser também homenagem à padroeira dos sequestradores e escravizados, Santa Josefina Bakhita. Essa foi sendo a primeira santa africana canonizada em 2000 pelo Papa João Paulo II (INSTITUTO PRETOS NOVOS, 2014).

Figura 4



Legenda: Área interna do memorial e vestígio arqueológico.

Fonte: Fotografia. Museu Memorial. Disponível em: <<http://pretosnovos.com.br/>>. Acesso em: 21 ago.2020.

Segundo a antropóloga Lilia Cheuiche Machado (2006), a descoberta é inédita na arqueologia brasileira e revelou a importância do local para a memória e a identidade cultural da população afro-brasileira e da história do estado e da cidade do Rio de Janeiro. Para Le Goff (1923: p. 467), os museus, os lugares monumentais como os cemitérios históricos, os lugares simbólicos, os conjuntos arquitetônicos, as comemorações e as peregrinações fazem parte dos

estudos dos lugares da memória coletiva. O autor afirma que estes memoriais têm a sua história. Nessa mesma linha de argumentação,

(...) não podemos esquecer os verdadeiros lugares da história, aqueles onde se devem procurar não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva: Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a construir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem a memória (LE GOFF, 1923: p. 467).

Nesse sentido, a “reconstrução do passado via patrimônio faz com que frequentemente os grupos sociais incorram em erros históricos, construindo mitologias necessárias para manter a valorização do bem selecionado” (JUNIOR, 2015: p. 263), na reelaboração da memória coletiva. É válido considerar as reflexões de Nora (1981: p. 13), que entende que os espaços simbólicos também são espaços de poder, de Guimarães (2016: p. 56) que ressalta que a disputa pelo território também é pelo patrimônio cultural enquanto produto comercializável.

Em contrapartida, as intenções duvidosas do prefeito Marcello Crivella (mandato 2017-2020) de criar o Museu da Escravidão e da Liberdade (MEL) na Região Portuária, principalmente no prédio Docas Pedro II, com o objetivo de memorizar o passado do Rio de Janeiro como maior porto de escravos na história mundial gerou certa estranheza por parte do movimento negro e de outros museus referentes à memória negra, até então, a discussão é de ordem financeira, devido aos ostentosos e novos museus construídos para os Jogos Olímpicos (2016) e para fins turísticos. Caso seja construído, os valores dos investimentos serão altos, o que abre uma discussão sobre os investimentos de outras instituições comunitárias, como o Museu Pretos Novos, que tiveram suas verbas cortadas e que, mesmo assim, mantêm ativas suas atividades culturais (RIO ON WATCH, 2017).

A criação do novo museu diante da falta de investimento nos espaços culturais minoritários deixa clara a intenção de parcerias públicas e privadas e do racismo velado. A ideia também é criar um museu turístico, o que reforça o processo de turistificação. A implementação desse novo empreendimento cultural implica dizer que a retórica do poder público de revitalização dos espaços urbanos não mudou e que há uma tentativa estratégica de vender uma narrativa branqueada. A historiadora norte-americana SadakneBaroudi, moradora do Rio de Janeiro e organizadora do *Afro-Rio Walking Tour*, faz uma consideração relevante sobre o cenário atual da Região Portuária, a saber que:

(...) os “projetos de gentrificação” como os que estão ocorrendo em todo o Porto do Rio “são projetos de branqueamento. São projetos anti-negros. Então, é uma maneira de cercar e controlar a história do negro africano” pela prefeitura em grande

parte branca. De fato, dois temas dominantes, entre os críticos do projeto do museu, são a sua falta de transparência e uma aparente falta de participação dos negros. Sob muitos aspectos, o plano para o MEL é lamentavelmente inadequado para abordar uma parte especialmente dolorosa da história brasileira, tudo isso enquanto os moradores da histórica Zona Portuária enfrentam crescente pressão de gentrificação e as instituições já existentes recebem pouco ou nenhum apoio (RIO ON WATCH, 2017).

Diante dessas considerações, observa-se que as instituições voltadas para cultura negra convivem com uma realidade de falta de investimentos para manutenção de suas atividades culturais, o que se reflete na conservação da unidade cultural; logo, percebe-se que a participação da comunidade negra é atípica, o que mostra, no caso dos novos museus, a tentativa de apagamento da memória negra.

Até então, o programa Porto Maravilha ainda continua a provocar mudanças nas diferentes áreas dos bairros da região portuária. Em relação ao turismo, novas atividades são promovidas através dos novos museus e equipamentos culturais no entorno da Praça Mauá que direcionam o fluxo de visitantes para esses lugares, o que os pesquisadores chamam de área funcional turística. Portanto, a revitalização urbana consequentemente condiciona a turistificação do lugar em locais de visitação turística, mas que ainda são necessários novos estudos sobre essa nova realidade, os impactos sociais na população e seu patrimônio.

4. Considerações finais

O artigo propôs abordar sobre os possíveis impactos que o programa porto maravilha pode trazer para os bairros portuários que são locais marcados por grupos de geração/heranças passadas. No caso do turismo, esses bairros estão na rota de implementação de novas atividades o que ganham novas funções comerciais e turísticas, direcionando os fluxos de visitantes e turistas. Além disso, os efeitos do programa porto maravilha, nota-se visualmente que a paisagem urbana dos bairros está alterando, contrastando o que é antigo/novo.

A pesquisa conduzida se estruturou em três seções com objetivo de trazer de forma clara a proposta do trabalho em relação o estudo de caso apresentado. Retornamos as reflexões de conceitos para entender as mudanças que ocorrem no presente. O lugar é o ponto de partida na análise dos efeitos globais e intervenções urbanas, é o meio onde visitantes e turistas e grupos sociais vivem e compartilham experiências, memórias passadas, apresentam suas representações simbólicas e disputam o território.

As reflexões teóricas tratadas aqui mostram que o turismo é fenômeno social que

relaciona com os elementos da cultura como a memória, o patrimônio, os grupos sociais/tradicionais que se encontram nas localidades. Na análise apresentada, dos grupos que se encontram em risco, temos a comunidade quilombola da Pedra do Sal como retrato dessa geração/herança passada que hoje ainda luta pelo reconhecimento por direito as terras, e o conflito com a Venerável Ordem Terceira que é o grupo ligado a Igreja Católica que nos últimos anos tem medido esforços para a expulsão da população preta no bairro Saúde.

Conforme observamos a tentativa de apagamento de rastros da história/memória da cultura preta materializadas nos diferentes ambientes da cidade como o Cais do Valongo, o Museu Pretos Novos, as repressões políticas do estado das práticas culturais no entorno da Pedra do Sal. É importante deixar claro que a turistificação não se apropriou de todos os locais, em especial do bairro do Santo Cristo, o que significa que esse fenômeno altera a dinâmica do território de forma gradativa e que esses locais precisam ser monitorados constantemente diante dos efeitos dessa atividade, inclusive do turismo cultural.

O processo de revitalização é um dos principais fatores para que os espaços sejam turistificados, podendo resultar em outros processos urbanos, como a gentrificação. E os espaços de memória coletiva correm riscos, como a descaracterização ou a perda dos grupos em relação à identidade local e sua relação associativa com o patrimônio cultural.

O projeto Porto Maravilha criou uma área de centralidade na produção das atividades culturais, lazer e entretenimentos voltados ao turismo, mudando a paisagem urbana da Região Portuária e as funções, suas ações de revitalização não pararam e continuam avançando para os bairros tradicionais que correm sério risco de perder suas características simbólicas e o enfraquecimento de práticas culturais no entorno do patrimônio.

Observa-se que o programa Porto Maravilha promove uma desfiguração forçada dos bairros através da expansão imobiliária, com agravamento dos problemas sociais e de habitação, as questões de moradia são problemas na política urbana, além da má conservação dos casarios antigos existe certa barreira na expansão imobiliária, poucos investimentos nos museus de referência da cultura negra.

Entendemos que o fenômeno do turismo nos ajudar a elucidar essas questões sociais que atravessam nosso cotidiano. São necessários novos debates e estudos sobre as práticas culturais e os reflexos dessas novas áreas funcionais para o lazer e entretenimento e quanto afeta a comunidade do entorno. A comunidade local é o principal caminho onde se devem procurar

as respostas para os problemas da cidade, das áreas de periferias e favelas. A relação entre turismo e cultura deve ser entendida, primeiramente, como uma questão social. Por fim, na produção do espaço turístico deve-se pensar primeiro nas pessoas que moram no lugar, para que o turismo faça sentido para todos.

Referências

ABREU, Maurício de A. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IPLANRIO/Jorge Zahar Editor, 1987.

ARGUEDAS, A. G. Identidade Étnica, Movimento Social e lutas pelo território em Comunidades Quilombolas: o caso de Acauã (RN). *Geografia*, vol. 19, n. 39, 2017: jan./abr.

BATALLER, Maria A. S. O Estudo da Gentrificação., [S.l.], n. 1, p. 9-37, jul. 2012. ISSN 2317-8825. Disponível em: <https://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/5>. Acesso em: 21 jul. 2023.

BENCHIMOL, J. L. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX (1953)*. Rio de Janeiro: Secretária Municipal de Cultura, Turismo e Esportes - Departamento Geral de Documentação e Informação - Divisão de Elaboração, 1992.

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. O Lugar da Vida: Comunidade e Comunidade Tradicional. *CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária*. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-23, jun., 2014.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CORRÊA, Sandra R. M. O Programa de Cidades Históricas (PCH). In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

CORRÊA, Maira L. *Quilombo Pedra do Sal*. Belo Horizonte: FAFICH, 2016.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia de Letras, 1996.

DAVALLON, Jean. Memória e patrimônio: por uma abordagem dos regimes de patrimonialização. In: DODEBEI, Vera; TARDY, Cécile. *Memória e novos patrimônios*. Marseille: Open Edition Press, 2015.

EDWARDS, D.; GRIFFIN, T.; HAYLLAR, B. Áreas funcionais turísticas urbanas: um panorama dos principais temas e questões. In: HAYLLAR, Bruce et. al. *Turismo em Cidades: Espaços Urbanos, Lugares Turísticos*. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

FRATUCCI, Aguinaldo C. A dimensão espacial das políticas públicas do turismo no Brasil. In: PIMENTEL, Thiago D.; EMMENDOERFER, Magnus L.; TOMAZZONI, Edegar L. *Gestão Pública do Turismo no Brasil: Teorias, metodologias e aplicações*. Caxias do Sul, RS: Educus, 2014.

GUIMARÃES, R. S. A construção social de um patrimônio de urbanismo carioca. In: GONÇALVES, José R. S. et. al. *A alma das coisas: patrimônio, materialidade e ressonância*. Rio de Janeiro: Muad: Faperj, 2013.

GONÇALVES, José R. S. O patrimônio como categoria do pensamento. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. 1 ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2003.

GUIMARÃES, R. S. Patrimônios e conflitos de um Afoxé na reurbanização da região portuária carioca. *Mana* 22(2), p. 311-340, 2016.

GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/ Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005

HALBWACHS, M. *A Memória coletiva*. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HAYLLAR, B.; SELBY, M.; GRIFFIN, T. A experiência do turista nas áreas funcionais turísticas. In: HAYLLAR, Bruce et. al. *Turismo em Cidades: Espaços Urbanos, Lugares Turísticos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Declaração de Amsterdã (1975). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em: 24 Mar. 2023.

JUNIOR, F. das C. Dos lugares de memória ao patrimônio: emergência e transformação da problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n.52, pp.245-279, Jan.-Abr. 2015.

KELLY, Ian. Áreas funcionais turísticas dentro da forma urbana: relações com a cidade. In: HAYLLAR, Bruce et. al. *Turismo em Cidades: Espaços Urbanos, Lugares Turísticos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

LAMARÃO, S. T. de N. *Dos Trapiches ao porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro Secretária Municipal das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 2006, 172p.

LEITE, Rogerio P. A exaustão das cidades: antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. – RBCS, vol. 25, nº 72, Fevereiro, 2010.

LEGOFF, Jacques, [1924]. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

LIMA CARLOS, Claudio Antonio S. Una mirada crítica a la zona portuaria de Río de Janeiro. *Revista Bitácora Urbano Territorial*, vol. 17, núm. 2, julio-diciembre, 2010, pp. 23-54.

MACHADO, L. C. *Sítio Cemitério dos Pretos Novos: análise biocultural*. Interpretando os

ossos e os dentes humanos. Boletim do Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB), no 12, 2006.

MILTON, S. O retorno do território. En: OSAL : Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires: CLACSO, 2005

MOURA, Roberto. Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro. 2. ed. Rio de Janeiro. Secretária Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. Divisão de Editoração, 1995.

NORA, Pierre. Entre Memória e História – a problemática dos lugares. PROJETO HISTÓRIA: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo, SP – Brasil, 1981.

PEREIRA, Júlio C. M. da S. À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond: IPHAN, 2007.

RIO ON WATCH. “Museu da Escravidão e da Liberdade”: Proposto pelo Prefeito instiga debate e Ceticismo. Disponível em: <https://riononwatch.org.br/?p=28284>. Acesso em: 21 ago. 2020.

RUY, Aline T. Museificação do Território: experimentação conceitual em roteiro cultural no Espírito Santo. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes. – 2017, 143f.

RUY, Aline, T.; ALMEIDA, Renata, H. de. Museificação Territorial: Fundamentos de um conceito. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.22, e202026 pt, 2020.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – Sebrae/RJ. Pesquisa de Percepção Turística da Região Portuária – Alta Temporada. Rio de Janeiro: Sebrae, 2016.

SILVA, Caroline R. da. A dimensão política da revitalização do Porto do Rio de Janeiro: Um estudo do projeto “Porto Maravilha”. In: BOTELHO, Maurilio Lima; OLIVEIRA, Leandro Dias de.; ROCHA, André Santos da.; RIBEIRO, Guilherme. – Continentes Revista de Geografia – Departamento de Geociências, Ano 1, nº 1, jul./dez. 2012

VASCONCELOS, Daniel A. Lisboa de. Turistificação do Espaço e Exclusão Social: a revitalização do bairro de Jaraguá, Maceió – Al, Brasil. Turismo em Análise, v. 16, n. 1, p.47-67, maio 2005.

VASSALLO, S.; CICALO, A. Por onde os africanos chegaram: o Cais do Valongo e a institucionalização da memória do tráfico negreiro na região portuária do Rio de Janeiro. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 21, n. 43, p. 239-271, jan./jun. 2015

VAINER, Carlos Bernardo. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In. ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Erminia. A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consenso. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 75-104.

ZANCHETI, S. M.; DOURADO, C.; CAVALCANTI, F.; LIRA, F.; PICCOLO, R. Da autenticidade nas cartas patrimoniais ao reconhecimento das suas dimensões na cidade. Centro

de Estudos Avançados da Conservação Integrada Olinda, setembro de 2008

Sobre o autor:

Sirley da Conceição Ferreira: Doutorando Memória Social no Programa de Pós-Graduação Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGMS/UNIRIO). Mestre Patrimônio, Cultura e Sociedade pelo Programa de Pós Graduação Patrimônio, Cultura e Sociedade (PPGPACS) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ (2020). Graduado em Geografia pelo Centro Universitário Internacional - UNINTER (2020). Especialista Turismo Sustentável pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET (2018). Graduado em Turismo pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro UFRRJ (2014). Responsável pela Base de Dados Acadêmica do Observatório do Turismo em Favelas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) desde 2021. Atua como pesquisador nos seguintes temas: Turismo em Favelas, Relações Étnico-raciais, Memória Social, Patrimônio Cultural e Mobilidades.

Artigo recebido para publicação em: 26 de maio de 2023.

Artigo aprovado para publicação em: 29 de agosto de 2023.

Como citar:

FERREIRA, Sirley da Conceição. Reflexos do turismo cultural nos bairros tradicionais portuários do Rio de Janeiro. *Revista Transversos*. Dossiê Por uma História do Turismo: Atividade e fenômeno turístico em perspectiva histórica. Rio de Janeiro, n.º. 28, 2023. pp. 29-52. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/76499>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2023.76499

